



Utopia ou hipocrisia? O desenvolvimento sob a ótica de Amartya Sen e da nova economia Keynesiana

Emerson Fernando de Oliveira ¹

Resumo

Nesse texto busca-se uma reflexão acerca da visão de Amartya Sen e da nova economia Keynesiana sobre o desenvolvimento, no intuito de destacar, à luz da teoria marxista, os impasses desta abordagem para a reorientação dos conflitos sociais e transformação da sociedade.

Palavras chave: Desenvolvimento, libertação humana, desregulação neoliberal.

¿Utopía o hipocresía? Desarrollo de la perspectiva de Amartya Sen y la nueva economía Keynesiana

Resumen

En ese texto se busca una reflexión sobre la visión de Amartya Sen y la nueva economía keynesiana sobre el desarrollo, con el fin de destacar, a la luz de la teoría marxista, los enclaves de este enfoque para la reorientación de los conflictos sociales y la transformación de la sociedad.

Palabras clave: Desarrollo, liberación humana, desregulación neoliberal.

Utopia or hypocrisy? Development from the perspective of Amartya Sen and the new Keynesian economy

Summary

This text seeks to reflect on the vision of Amartya Sen and the new Keynesian economy on development, in order to highlight, in the light of Marxist theory, the impasses of this approach for the reorientation of social conflicts and the transformation of society.

Keywords: Development, human liberation, neoliberal deregulation.

Key words: Development, human liberation, neoliberal deregulation.

Partindo do questionamento da importância do desenvolvimento na sociedade, Amartya Sen demonstra o desenvolvimento como um movimento que permite a evolução das liberdades humanas, não a partir de uma visão limitada como o desenvolvimento sendo sinônimo

¹ Economista e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Realiza pesquisas voltadas à reformulação crítica do capitalismo para além do marxismo tradicional. emereconomy@gmail.com

apenas do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), avanços tecnológicos ou modernização da sociedade, mas o desenvolvimento no sentido irrestrito como o fez Hegel ao entender a liberdade como expressão das necessidades humanas baseadas no domínio sobre o próprio ser-em-si e sobre a natureza externa do ser e, assim, produto do movimento histórico e do desenvolvimento da sociedade em busca de sua emancipação.

Nesse sentido, Sen destacou em seu livro, “Development as freedom” (2000), a necessidade de extirpação das fontes que suscitem a privação de liberdades, como à pobreza, ausência de oportunidades sociais e econômicas, interferência de Estados despóticos nas relações humanas e, também, intolerância religiosa e de gênero. Estes são apenas alguns exemplos de fontes de privações de liberdade que para Sen impedem o desenvolvimento humano. Para ele a superação dos problemas na sociedade contemporânea que incorre na negação das liberdades fundamentais para a maioria da população mundial é a questão central do processo de desenvolvimento.

Diante disto, Sen aborda a liberdade como o fim primacial e, paralelamente, o meio prioritário para o desenvolvimento, em função da necessidade do desenvolvimento ser analisado considerando sua reciprocidade com a livre possibilidade de ação dos indivíduos, que por sua vez é condicionado pelas relações sociais entre os próprios indivíduos, como ocorre em movimentos de emponderamento feminino que tem como princípio permitir o direito de participação das mulheres em diferentes esferas da sociedade sem quaisquer implicações sociais, culturais e/ou econômicas.

O ponto inicial desta abordagem consiste no reconhecimento da liberdade como o impulsionador do desenvolvimento, no qual o mercado tem papel primordial. Na argumentação de Sen sobre a importância do mercado neste processo, nota-se a influência exercida de Adam Smith sobre o seu pensamento, em razão de que para Smith apesar do livre comércio ser fundamentalmente primordial por gerar um aumento colossal na produção de víveres, a busca inalterada por interesses próprios não são as únicas atitudes inteligentes que os indivíduos podem realizar, uma vez que aqueles que não estão inseridos nos contratos sociais de uma determinada política estão inerentes às consequências das decisões expugnadas por aqueles que estão inseridos.

Sen ao recorrer ao pensamento de Smith, enaltece a liberdade das transações como importante para suprir as liberdades básicas dos indivíduos, pois, para ele, a privação dos indivíduos em participarem de determinados mercados impede o próprio suprimento de necessidades básicas do desenvolvimento humano. Contudo, Smith e Sen alertam para a supersticiosidade em crer que o capitalismo possa ser eficiente apenas pautado em um mercado absolu-

tamente livre e desregulado, sendo assim, para os autores a interferência estatal em questões sociais são necessárias.

Todavia, Adam Smith e Sen não salientam da impossibilidade de estabelecer a liberdade de troca e transação no modo de produção hodierna, em função de por um lado o sistema capitalista ser baseado na transformação de energia humana em dinheiro e, de outro, a lei concorrencial do sistema substituir cada vez mais trabalho humano da estrutura produtiva. No século XXI, esse processo é observado nas constantes revoluções tecnológicas que substitui cada vez mais energia humana por novas tecnologias, tal racionalidade empresarial produz uma quantidade de trabalhadores supérfluos que são cortados da reprodução de sua vida iminente ao sistema, em uma sociedade onde o trabalho é considerado um deus e, assim, quem não possui trabalho é expurgado para um aterro sanitário social, e tão pouco participará do circuito de trocas no sistema capitalista.

Em contrapartida, ao avaliar o circuito de trocas na sociedade contemporânea, Sen discute o fato de que apesar do nível de renda melhorar as oportunidades das pessoas em adquirirem bens no mercado e gozarem de um padrão de vida melhor, algumas variáveis não são captadas pela renda, como a liberdade que um indivíduo dispõe para ter uma vida longa e jovial. Nessa questão ele argumenta sobre a importância da realização de análises do desenvolvimento à luz das oportunidades que as pessoas nutrem em longo prazo, e não apenas via indicadores sociais.

Conforme estas oportunidades se expandem, Sen afirma que o desenvolvimento influencia diretamente a evolução das capacidades humanas, de modo que os indivíduos possam fruir de uma vida cada vez mais digna, e tais oportunidades e perspectivas para ele não são deliberadas somente partir das relações econômicas, mas sociais, políticas e culturais, bem como das instituições e suas interações com a sociedade. Diante disto, o desenvolvimento na concepção de Sen não é pautado apenas sob a ótica do acúmulo de capital em si, mas das relações entre os indivíduos que permitem este acúmulo e contribui para tal, Isso conduz Sen a afirmar a importância de entender o desenvolvimento como o progresso das liberdades que auxiliam no combate contra regimes despóticos.

Nessa abordagem, a partir das privações de liberdades seja para adquirir um bem ou a liberdade de ter um salário equiparado com um indivíduo de gênero distinto, o desenvolvimento é possibilitado. Entretanto, o conceito de desenvolvimento estabelecido por Sen, diferente da visão estática concebida pela economia vulgar tem como fim e meio as liberdades, que outorgam a evolução da vida humana no âmbito idealista e materialista. Transformando a utopia em realidade quando é realizada uma abstração dos modos de produção existente, no

entanto, o que pode ser concebido como realidade, no momento que é analisado na sociedade capitalista, volta a ser uma mera utopia de libertação humana.

A realidade do modo econômico e social contemporâneo demonstra que as relações de produção na sociedade capitalista tendem a se desenvolverem até tornar impossível este próprio desenvolvimento, que contraria o argumento estabelecido por Sen de construir uma sociedade pautada na ausência de privações. Para tanto é necessário que o modo de produção no qual o deus-trabalho transforme energia humana em trabalho seja suprimido. Pois, para as facções neoliberais, os indivíduos apenas são reconhecidos como seres humanos caso consigam permanecer no mercado concorrencial de trabalho mediante a seleção social-darwinista, que por meio do desmonte das redes sociais marginalizam todos aqueles que não conseguem permanecer em tal mercado.

Por outro lado, apesar das facções antineoliberais no âmbito do trabalho social não corroborar com a visão neoliberal, é justamente por afirmarem que o ser humano sem trabalho não faz parte da sociedade, argumentam que o Estado deve realizar programas de ocupações; tal estatismo utilizado como referencia ideológica para os trabalhadores não traz qualquer esperança ao trabalhador de que possam ocorrer transformações qualitativas do regime capitalista para um regime no qual o não seja explorado.

É claro que, as lutas imanentes ao capitalismo são importantes. Todavia, enquanto o modo de produção capitalista não tinha atingido seus limites históricos, até certo ponto podiam ocorrer discussões imanentes do trabalho assalariado para que os interesses da classe trabalhadora pudessem ser validados pelo embate com a capitalista. Porém, na sociedade contemporânea a luta de interesses diz respeito à manutenção do capitalismo, que para ser validado põem todo o sistema quem questão.

Pois, de onde deveria provir o dinheiro para financiar os programas de ocupações se não do processo de valorização no qual energia humana é transformada em dinheiro, ou seja, via exploração ao trabalhador?

Isso nos conduz aos debates realizados sobre desenvolvimento pela corrente de pensamento econômico da nova economia Keynesiana, que busca resolver as contradições do modo de produção capitalista mediante políticas desenvolvimentistas que sequer consideram as questões sobre liberdades humanas elencadas por Sen, uma vez que estas liberdades pressupõe a evolução das liberdades reais que os indivíduos gozam.

Os novos economistas keynesianos, como Stiglitz, afirmam a importância de uma forte política industrial fomentada pelo Estado para promover o desenvolvimento de uma nação, que também possibilitará avanços tecnológicos em diversas áreas de um país. No entanto,

mesmo os benefícios da política industrial podendo nos períodos de aumento de acumulo superar seus custos, o movimento do capital no comércio internacional evidencia uma troca desigual entre nações ricas e pobres, no sentido das políticas industriais dos países periféricos não ultrapassarem os limites que possam afetar o aumento no acumulo dos países centros.

Contudo, deve-se elencar a importância do apoio governamental em pesquisas citado por Stiglitz, que tende promover retornos maiores do que os investimentos privados. O mesmo para as áreas da educação na qual auxilia no processo de modificação da estrutura do mercado de trabalho, numa tentativa de torná-lo mais equitativo. Logo, na visão de Stiglitz, o Estado deveria incentivar áreas de pesquisas a fim de diminuir a dependência tecnológica entre os países, cabe ressaltar que tal dependência não pode ocorrer a tal ponto que os países centrais percam espaço no mercado mundial para os periféricos. Há de se considerar que tal linha de pensamento também observa no Estado a possibilidade de promover um vínculo entre as Universidades e Indústrias, mediante um ensino não mais disciplinado, mas capaz de incentivar a capacidade dos indivíduos de se adaptarem a uma nova estrutura produtiva que se encontra em ascensão no século XXI.

Já para Mankiw, esse desenvolvimento atingirá um estágio máximo quando for primordialmente baseado no mercado financeiro. Entretanto, a afirmação correta seria: “devido à acumulação de capital na sociedade contemporânea não ser pautada na produção real, cabe transferir o capital para mercados financeiros numa tentativa antecipar a expansão da economia real”. Na realidade, esse processo simula uma acumulação real que não existe, em razão do mercado financeiro criar uma aparência de que o capital pode se valorizar sem que nele aja trabalho humano vivo e, assim, criando uma demanda artificial oriunda de empréstimos realizados no mercado acionário que, por sua vez, tem uma produção que não é baseada em valor agregado real, mas meramente num aumento especulativo.

Apesar do aumento especulativo no mercado financeiro, Stiglitz alerta da indispensabilidade do estado em moldar as relações de mercado. Recorrendo aos trabalhos de Kurz (2004; 2012), indaga-se essa situação, pois, para o autor, as “crises da dívida” não permitem que o estado molde as relações de mercado para que ocorra o aumento do acumulo, em função de que com a Terceira Revolução Industrial o *quantum* de dispêndio de força de trabalho no processo produtivo diminuiu, em contrapartida, o capital constante aumentou progressivamente, ou seja, a produção global de mais-valor passou a decrescer. Para Postone (2003), como cada aumento do capital constante frente ao variável recombina o tempo dispendido de trabalho, isso significaria que, com o aumento da produção, a estrutura de valor que é a subs-

tância das mercadorias é restaurada. Contudo, o autor ao fazer esta afirmação nega à possibilidade de crises no sistema capitalista.

Diferente de Postone, os autores Lohoff e Trenkle salientam no livro “La Grande Dévalorisation” (2014), que o mecanismo que compensava a queda nas horas de trabalho abstrato aumentando a produtividade no momento de expansão dos mercados findou na Terceira Revolução Industrial. Até então, o aumento da produtividade além de reduzir o uso de força de trabalho produzia mais produtos (em termos absolutos). Assim, os níveis de produtividade produziam quantidades cada vez maiores de trabalho, de modo que a redução no dispêndio de força de trabalho era compensada.

Um exemplo é o fordismo, que apesar da redução no tempo para produzir os automóveis, o trabalho aumentou, ou seja, em um mesmo espaço de tempo foi absorvido trabalho humano vivo de maneira multiplicada, e até mesmo o automóvel foi barateado e, portanto, incorporado ao consumo de massas.

Já na sociedade atual, não é possível este mecanismo de compensação, evidentemente, muitos produtos digitais são barateados e integrados ao consumo em massa, mas diferente do fordismo, o *quantum* de trabalho humano vivo lançado ao exército industrial de reserva é maior do que o *quantum* que pode o exército ativo absorver a partir da evolução dos mercados. Portanto, as inovações dos processos superaram a dos produtos e, então, o barateamento dos produtos e evolução dos mercados não permite um movimento de expansão do uso de trabalho humano que supere sua racionalização.

Nesse processo a acumulação embota e, portanto, as corporações passam a recorrerem ao mercado financeiro no intuito de financiarem seus custos. A questão é que no processo de financiamento via empréstimos pelo mercado financeiro, as receitas futuras reais são adiantadas sem cobertura de um dispêndio produtivo do trabalho, pelo motivo do dinheiro oriundo dos empréstimos serem reenviados ao circuito econômico para sua utilização pelo próprio mercado financeiro e, portanto, criando uma demanda artificial onde o aumento especulativo não antecipa a produção real, mas apenas retarda o colapso dos mercados.

O que gostaria, isso sim, de salientar é que se por um lado as práticas intervencionistas não são condizentes com a atual força e relação de produção, a desregulação neoliberal proclamada como vitoriosa e acompanhada da redução do Estado na cota social apenas adia a crise da sociedade do trabalho. Afinal, como explicar na sociedade contemporânea a situação na qual mais de 1 bilhão de pessoas estejam em condição de pobreza porque o desenvolvimento ainda não possibilitou a libertação humana?

O desenvolvimento citado por pensadores sejam eles de vertentes liberais, neoliberais ou keynesianas, são sintomas das necessidades do capital para a sua reprodução ampliada, e estes sintomas expõem as mazelas sociais paridas pelo próprio sistema capitalista e sua necessidade para a conservação de tal sistema. Temos então uma irônica dialética: Os interesses imanentes ao modo de produção capitalista só podem ser validados se, simultaneamente, o sistema for colocado em questão. Assim, as políticas desenvolvimentistas são elaboradas em uma tentativa de permitir o livre desenvolvimento do capital e, para isso, o capitalismo ainda encontra seu alimento, que se traduz em mera hipocrisia.

Referências

KURZ, R. A substância do Capital. Primeira Parte. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz203.htm>.

KURZ, R. **Geld Ohne Wert**: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie. Berlin: Horlemann Verlag, 2012.

LOHOFF, E.; TRENKLE, N. **La Grande Dévalorisation**. Tradução de Paul Braun, Gérard Briche e Vincent Roulet. Fécamp: Post-éditions, 2014.

POSTONE, M. **Zeit, Arbeit und gesellschaftliche Herrschaft**: Eine neue Interpretation der kritischen Theorie von Marx. Freiburg: ça ira-Verlag, 2003.

SEN, A. K. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 2000.